

O Daia, a economia e o espaço urbano de Anápolis (GO)

Wânia Chagas Faria Cunha
Kesia Rodrigues dos Santos

Resumo

Anápolis, cidade localizada em Goiás, apresenta grande dinamismo econômico e uma malha urbana dispersa e com grandes vazios. Suas características econômicas advêm de uma tradição de entreposto comercial somada a políticas de incentivo a industrialização, já as características urbanas são resultado da produção de seu espaço urbano ao longo do século XX. Nesse sentido o objetivo desse trabalho foi compreender os fatores que levaram ao processo de industrialização de Anápolis, um sonho materializado por meio da implantação do distrito industrial, e como o DAIA (Distrito Agroindustrial de Anápolis) influenciou a economia e o espaço urbano de Anápolis. Como resultados, tem-se que esse distrito contribuiu não só para fortalecer a economia local e regional, mas também para promover uma atração populacional que gerou crescimento urbano e por consequência problemas urbanos.

Palavras-chave: Anápolis; Economia; Espaço Urbano

Abstract

Anápolis, a city located in Goiás, presents great economic dynamism and a dispersed urban network with large voids. These economic characteristics come from a tradition of commercial warehousing coupled with policies to encourage industrialization, while the urban characteristics are the result of the production of its urban space throughout the twentieth century. In this sense, the objective of this work was to understand the factors that led to the Anapolis industrialization process, a dream materialized through the implantation of the industrial district, and how the DAIA (Anapolis Agroindustrial District) influenced the economy and urban space of Anápolis. As a result, this district has contributed not only to strengthening the local and regional economy, but also to promoting a population attraction that has generated urban growth and, consequently, urban problems.

Keywords: Anápolis; Economy; Urban Space

Introdução

A cidade de Anápolis (Figura 1), localizada na região central de Goiás, apresenta grande dinamismo econômico, consequência de uma tradição de entreposto comercial advinda de diversos fatores. “A posição geográfica de Anápolis desempenhou um papel preponderante no seu desenvolvimento, favorecendo a sua função estratégica de ponto de convergência de várias regiões” (FRANÇA, 1985, p. 114). Essa condição de posição geográfica estratégica iniciou-se no período da mineração, quando Anápolis era caminho para as cidades do ouro, se intensificou no século XX com a chegada da ferrovia e da construção de diversas rodovias e se confirma com a proximidade com Goiânia e Brasília.

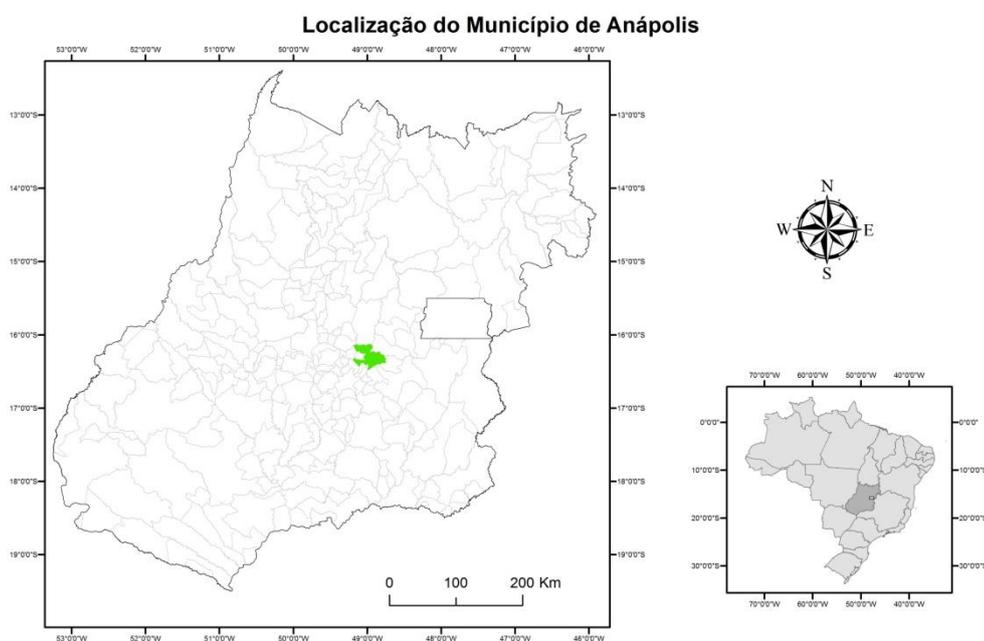


Figura 1 - Localização do município de Anápolis

Fonte: Elaborado por SANTOS, Kesia. Base de dados: SIEG-GO

Em relação à economia e a localização privilegiada de Anápolis, é importante ressaltar que Anápolis nasce rural, cresce e amadurece economicamente, rural e comercial, posteriormente viria o processo de industrialização (MOURA, 2012, p.16). Esse último é o foco desse trabalho.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho foi compreender os fatores que levaram ao processo de industrialização de Anápolis, um sonho materializado por meio da implantação do distrito industrial, e como o DAIA (Distrito Agroindustrial de Anápolis) influenciou a economia e o espaço urbano de Anápolis. Para alcançar tal objetivo foram utilizadas as

seguintes metodologias: pesquisa bibliográfica e documental, análise de programas governamentais, pesquisa de campo, dentre outras.

É importante ressaltar que Anápolis já contava com um embrião do que seria uma cidade industrializada, a elite local aproveitou a função de entreposto comercial para transformar alguns produtos antes de comercializar. Mas a efetivação do sonho da industrialização veio por meio de parcerias entre os governos municipal, estadual e federal (ver figura 2), que levou a inauguração do DAIA em 1976.



Figura 02 – Inauguração do DAIA, em 1976, estavam presentes várias autoridades inclusive o presidente Geisel

Fonte: <http://www.anapolisbrazil.inf.br/sultan-falluh-anapolis-no-coracao-e-na-acao-2/>

Corghi (2008) atenta-se para o fato de que no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970 houve um processo de desconcentração industrial, isso ocasionou a formação de polos regionais em São Paulo. Esse processo atingiu também outras regiões do país, inclusive o Centro-Oeste. De acordo com Mello (2009), os polos implantados em cidades foram interligados por meio de sistemas de transporte e comunicação, e o diálogo entre os polos gerariam fluxos organizados em redes que deveriam tornar as regiões mais homogêneas (MELLO, 2009). Ou menos heterogêneas.

Nesse contexto, foram criados diversos planos e programas que conduziram esse processo de interiorização do capital. Muitos reflexos dessas políticas puderam ser vistos em Anápolis nos anos seguintes.

Percebe-se que a implantação do distrito foi uma ação federal com objetivos definidos, no entanto existiam planos estaduais que incentivavam a industrialização de Goiás e um desejo interno em Anápolis para que isso acontecesse.

Sultan Falluh dá alguns indicativos dos atores e ações por trás da implantação do DAIA. Ele diz que “Anápolis é uma região central que liga o Brasil. O DAIA é o trevo do Brasil e posso te dizer que o desenvolvimento econômico de Anápolis é antes e depois do

DAIA” (FALLUH, 2006). Ele fala do boicote feito pelos políticos de Goiânia e segue dizendo que:

foi Irapuan [Costa Júnior] que viabilizou o projeto. Desde quando foi prefeito, com a intervenção em 1973, ele abraçou a ideia (...) depois, quando foi nomeado Governador, Irapuan me convidou fazer parte do Governo e o projeto do DAIA teve seu apoio. Tivemos uma reunião particular com o Presidente Geisel para falar do projeto Industrial de Goiás e do DAIA. (...) uma comissão federal veio a Anápolis e aprovou a área para construção da infraestrutura do DAIA (FALLUH, 2006).

Aqui mostra bem a articulação entre o "de dentro" e o "de fora". Vê-se claramente que houve uma junção de interesses, o local representado Falluh (ligado a ACIA), Irapuan (ex-prefeito de Anápolis e então governador) representando o poder estadual e Geisel, na liderança nacional. Dessa forma, o DAIA se concretiza por uma convergência de interesses.

A industrialização de Anápolis e os reflexos na economia e no espaço urbano

A industrialização em Anápolis, que resultou de diversos fatores, propiciou um incremento na economia local e regional que gerou um expressivo crescimento populacional na cidade. Esse crescimento populacional gerou crescimento da malha urbana e o espaço urbano se modifica, tanto pela necessidade de receber esse incremento populacional quanto pela especulação imobiliária.

O crescimento econômico de Anápolis e suas relações com a industrialização¹

Ao se propor escrever sobre Anápolis, em especial, sobre seu processo de industrialização e os reflexos desta para o crescimento econômico da cidade em tela torna-se imprescindível recuar no tempo para compreendermos o desenrolar dos encadeamentos econômicos, políticos e, bem como, dos atores que tornaram tal movimento possível.

A análise da história de Anápolis nos mostra que esta cidade se estruturou apoiando-se na localização geográfica estratégica e na construção de sua economia interna. Contando, especialmente, com o favorecimento da localização geográfica, isto por que se encontrava entre os núcleos urbanos mais dinâmicos de Goiás no fim do século XIX (Cidade de Goiás, Pirenópolis e Silvânia), o que nos permite dizer que Anápolis desde a condição de povoado assumiu a função de interposto comercial, visto que, se constituía em local de parada para as

¹ Texto extraído de: CUNHA, Wânia Chagas Faria. **Dinâmica regional e estruturação do espaço intraurbano**: um estudo sobre as influências do DAIA na economia anapolina a partir de 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, IESA, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

comitivas que realizavam o comércio na região. A construção de sua economia interna contou com solos férteis do Mato Grosso Goiano, entre outros fatores, que permitiu o desenvolvimento da agricultura que logo atingiu o caráter de atividade comercial importante para Anápolis.

Destarte, já em 1930, Anápolis apresentava crescimento e dinamismo econômico significativo. Ao receber a ferrovia em 1935 rompeu de vez com o isolamento do interior goiano ratificando sua importância logística na região além de resolver o principal problema de escoamento de sua produção. Nesse momento também foi beneficiada pela política de interiorização – Marcha para Oeste – que se materializou na construção de Goiânia, na implantação da CANG, na introdução da rodovia e na construção de Brasília.

Em 1950, conforme destacado em CUNHA (2009) Anápolis havia consolidado sua importância econômica, enquanto centro regional. Estava definida sua função de articulação de Goiás com os centros dinâmicos do país, quanto com o centro norte do estado e de maneira mais geral com todo interior do país. Nessa década, Anápolis apresentava-se como um dos municípios mais desenvolvidos e centro de convergência de toda produção agrícola da região do Mato Grosso Goiano. Outro setor que se encontrava assentado em bases sólidas era o processo de armazenagem e beneficiamento dos produtos agrícolas.

Contudo, a partir de 1950, Anápolis começou a ter ameaçada sua importância regional, devido, sobretudo, aos seguintes fatores: Goiânia ter alcançado significativa importância econômica, falta de novos investimentos ao transporte ferroviário, o projeto de construção de Brasília e a opção dada ao sistema rodoviário. Diante dessa situação, Anápolis, aqui representada pela classe dirigente local não poupou esforços para encontrar novos caminhos para manter sua importância regional, bem como, manter o crescimento econômico experimentado desde o surgimento da cidade. Também é valioso salientar que a busca por esses novos caminhos contou de perto com o apoio estadual e federal, como veremos adiante.

Qual seria então a saída para a situação que se impunha Anápolis? A resposta foi apostar no processo de industrialização. Assim a partir de 1970, investiu-se no setor secundário que passou a receber os maiores investimentos e a ser prioridade do poder público das três esferas: municipal, estadual e federal. Tal opção resultou na implantação do DAIA – Distrito-Agroindustrial de Anápolis, em 1974.

Daia: efetivação da política de industrialização de Goiás

O processo de implantação do Distrito Agroindustrial de Anápolis contou com uma complexa rede de articulações. Desta participou efetivamente a classe empresarial de Anápolis – Acia (Associação Comercial e Industrial de Anápolis), o governo municipal (Irapuan Costa Junior), o governo estadual (Leonino Ramos Caiado) e o governo militar (Ernesto Geisel). Também contribuiu para alcançar este intento o contexto político-econômico nacional, marcado por uma política cujas ações estratégicas se estruturavam no tripé segurança, desenvolvimento e conhecimento, que visavam à expansão da fronteira do desenvolvimento pelo país.

Neste ínterim, Anápolis, ao longo do tempo, se constituiu numa das cidades mais desenvolvidas e importantes do estado, dadas as funções econômicas que assumiu desde as primeiras décadas do século XX no processo de desenvolvimento e incorporação de Goiás à economia nacional. Apostando nas particularidades locais – localização estratégica e na tradição econômica – Anápolis foi a cidade escolhida para dar início à política de industrialização do estado de Goiás, via distrito industrial.

O processo de definição e de implementação do DAIA na cidade de Anápolis resultou de um conjunto de fatores dentre os quais destacamos o período político-econômico do país, o interesse do Governo de Goiás em promover a industrialização no estado e ainda o esforço da classe dirigente anapolina, somado às vantagens da localização geográfica e a importância econômica assumida pela cidade ao longo do tempo.

No plano político-econômico nacional vivia-se o governo militar que tinha como estratégia de desenvolvimento o tripé básico: segurança, desenvolvimento e conhecimento. Modelo que na década de 1970 teve suas ações definidas pelo I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), que vigorou de 1972 a 1974, marcado pelos grandes projetos de integração nacional e pela expansão da fronteira de desenvolvimento. Em Goiás, o fator segurança, resultou na construção da base aérea (1969) em Anápolis devido à localização da cidade frente à capital nacional, o que fez desta área de segurança nacional².

A expansão da fronteira de desenvolvimento em Goiás foi marcada pela adoção da política de industrialização pautada na implantação de distritos industriais, que também estava de acordo com as propostas do I PND. O resultado desta foi à implementação do DAIA, o que nos permite assinalar, assim como Kossa (2006), que este distrito foi “fruto de um planejamento maior” e que se tornou um marco para o desenvolvimento de Anápolis e de

² Tal política foi ratificada no I e II Plano Nacional de Desenvolvimento. O conhecimento não foi priorizado pelo Estado nesse momento. Este item só recebeu maior atenção com a chegada da Universidade Estadual de Goiás – UEG – no fim da década de 1990 e início de 2000.

Goiás. Castro (2004, p. 26) assim sintetizou a proposta da política de industrialização via distrito:

A política de industrialização através dos distritos industriais estrategicamente localizados no território goiano buscava concretizar as oportunidades latentes de cada município. E com isso aumentar o nível geral de produtividade da economia oriunda do melhor aproveitamento e transformação das matérias-primas, qualificação e aperfeiçoamento da mão de obra e geração de emprego minimizando assim o êxodo rural para os grandes centros como Anápolis, Goiânia e Brasília e, de um modo geral, melhoraria dos níveis de renda e de vida da população do estado.

Em Anápolis, o DAIA era um sonho acalentado há anos pela classe dirigente. Comprova essa afirmação a idealização da ACIA já em 1936 e a fundação da Associação Industrial de Anápolis em 1958, que tinha como objetivo promover a união dos empresários em prol do desenvolvimento industrial da cidade. Bons frutos colheram, tanto que em 1969, Anápolis realizava a 1ª Feira de Amostra das Indústrias de Anápolis (FAIANA). Segundo Kossa (2006), Ursulino Leão foi um dos primeiros a acreditar e mesmo propor o projeto de criação do DAIA, visto que, quando era deputado estadual (1963) levou tal projeto à votação na Assembleia Legislativa, que por falta de “vontade política” e da burocracia administrativa não deu em nada.

A localização geográfica e a importância econômica histórica também se fizeram fundamentais no processo de definição e implantação do DAIA em Anápolis. O principal argumento do governo federal para a implantação do distrito era a abastecimento de Brasília, especialmente de produtos alimentares como consta a ideia original do projeto. E Anápolis, por conta da localização privilegiada frente à capital federal e pelo abastecimento já prestado à capital no período de sua construção se colocava como o local mais apropriado para sediar tal distrito. A importância dada à criação do DAIA visando abastecer Brasília pode ser observada pelos recursos destinados pelo Governo Federal a este distrito: quase todas as verbas foram fornecidas por este, sem a necessidade de contrapartida ou ressarcimento posterior, ou seja, investimentos a fundos perdidos. Além do mais, a localização estratégica de Anápolis resultante da condição de “nó de comunicação” com o resto do país, que outrora lhe permitiu a condição de centro regional de comércio e prestação de serviços, agora fazia de Anápolis a localidade mais adequada para sediar o primeiro distrito. Agora a sua localização a coloca entre as capitais Goiânia e Brasília que junto com Anápolis constitui um significativo aglomerado urbano.

A indicação de Anápolis para sediar o primeiro distrito industrial do estado também seguiu as orientações de um parecer técnico-econômico da CBPU (Comissão Estadual das Bacias Paraná-Uruguaí) o que resultou na desativação do projeto da Cidade Industrial

projetada para Goiânia. Assim a Secretaria da Indústria e Comércio (SIC), seguindo as orientações da CBPU indicou Anápolis para ser o primeiro município a receber o distrito industrial. Santos (1999) acrescenta que a “tradição econômica do município” e a influência de seus representantes políticos no estado também desempenharam papel fundamental na escolha de Anápolis para sediar o primeiro distrito como também contribuiu para agilizar o processo de implantação. Kossa (2006, p. 28) completa a análise da autora dizendo que:

Um grupo de empresários do município, aproveitando a presença do governador por causa do lançamento do Goiás Rural, deu a ideia de fazer o Goiasindustrial. Ruy Abdalla, Waldyr O'Dwyer, Sultan Falluh, entre outros, começaram a articular politicamente e a trabalhar como seria esse programa de incentivo à industrialização, que, por consequência natural, resultaria em um distrito para Anápolis.

A partir de então se iniciou o processo de implantação do primeiro distrito industrial de Goiás. Para sua efetivação, o Estado assumiu papel fundamental, visto que atuou conforme destacou Santos (1999), como mediador, planejador, fiador etc. do Distrito Agroindustrial de Anápolis.

Pode-se dizer que o processo de implementação do DAIA ocorreu em 1973, quando o governador Leonino Ramos Caiado implementou a Lei 7.700/73 e criou a Superintendência de Distritos e Áreas Industriais, que como vimos resultou na Goiasindustrial (atual CODEGO - Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás). A partir de então teve início o processo de desapropriação da área (decreto nº 187 de 13/09/73) destinada a abrigar o DAIA. Inicialmente foi disponibilizada uma área de 425 mil m², podendo chegar a 800 mil m² em caso de expansão. As escrituras das terras desapropriadas para a implantação do DAIA passaram para a Goiasindustrial.

A escolha da área para instalar o DAIA no município de Anápolis levou em conta vários fatores, dentre os quais se destacaram: o potencial hídrico necessário à demanda do distrito, questões ligadas à drenagem natural das águas, a topografia adequada e a questão estratégica, uma vez que a logística da região sul de Anápolis é indiscutível, visto que bem servida por todos os modais de transporte.

A sua localização na porção sudoeste do município possibilita acesso direto às principais rodovias que cortam o estado como a BR-414, BR-153, BR-060 a GO-330 e GO-220, juntamente como ramal da Rede Ferroviária Federal que o margeia e a proximidade com o aeroporto (distante a 6 km) permitindo que este estabeleça ligações com todas as regiões do país.

Os estudos e o projeto preliminar do distrito ficaram a cargo da Secretaria da Indústria e Comércio. Esta apresentou um projeto muito sofisticado que geraria um custo elevadíssimo

para sua implementação. Kossa (2006) destacou que para os críticos da época o “projeto pra lá de ideal” foi propositalmente super dimensionado, visando a não implantação deste em Anápolis, visto que a Secretaria da Indústria e Comércio acreditava que a construção do Distrito em Goiânia ou em Senador Canedo seria mais prático e viável. Segundo o autor esta situação gerou acirradas disputas políticas dentro do poder Executivo e Legislativo. Tal projeto foi descartado ficando, conforme indicou Santos (1999), a cargo da Goiasindustrial já instalada no governo de Irapuan Costa Junior (1975-1978) a tarefa de elaborar outro projeto mais simples e funcional que pudesse ser rapidamente posto em implantação. Segue em anexo a planta do Distrito Agroindustrial de Anápolis, que mesmo simplificado demonstra a grandiosidade do projeto.

Com o projeto pronto, Irapuan Costa Junior, que foi prefeito de Anápolis no período que começaram as articulações para criação do distrito quando “acatou a ideia com vigor”, mostrou-se sensível às dificuldades que vinham sendo enfrentadas para a implantação do distrito, isto porque também defendia a importância deste para o crescimento do município e do estado de Goiás. Assim, o então governador, valendo-se de sua proximidade com o presidente Ernesto Geisel e o bom trabalho de administração realizado em Anápolis, agilizou a busca de recursos em Brasília para as obras de infraestrutura. O projeto elaborado pela Goiasindustrial foi encaminhado à esfera federal no qual os técnicos do Ministério do Planejamento gastaram um ano para concluírem o detalhamento deste.

O projeto do distrito, conforme aponta Castro (2004) e Kossa (2006), foi adaptado para receber verbas do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), visto que a implantação deste era considerada como fator auxiliar do desenvolvimento da região Centro-Oeste e uma das prioridades do Programa Região Geoeconômica de Brasília, que buscava criar na vizinhança do Distrito Federal uma cidade industrial.

Vários outros incentivos governamentais foram destinados à implantação e desenvolvimentos do DAIA. Pelo governo federal acrescenta-se a criação do FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste – que repassa 29% dos recursos ao estado de Goiás para a aplicação em infraestrutura e para financiar projetos de atividades rurais e industriais. Os empresários contavam ainda com os créditos do BNDS (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e os incentivos da Sudeco (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste). Salienta-se também que no momento da escolha dos municípios para sediar os distritos ocorreu a parceria entre o Governo estadual e federal para realizar os relatórios favoráveis ou não à implantação destes.

A materialização do processo de implantação e dos incentivos fiscais concedidos ao DAIA se deu com o início das obras de infraestrutura. A primeira delas foi a construção de uma estação de tratamento de água própria do distrito e de um sistema de esgoto sanitário industrial. A CELG (Centrais Elétricas de Goiás) instalou uma linha de alta tensão exclusiva para o DAIA, partindo da subestação Anhanguera, situada em Goiânia. Foram disponibilizados também terminais telefônicos (o que permitia realizar ligações DDD, DDI e telex) e um posto da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, implantações que, conforme indica Santos (1999), foram consideradas ousadas para a época. O DAIA contou ainda com uma área de 80 mil m² de asfalto, obra realizada pelo Crisa (Consórcio Rodoviário Intermunicipal S/A) e Dergo (Departamento de Estradas e Rodagem de Goiás).

Santos (1999) destacou que a efetivação da política de industrialização de Goiás e mais propriamente a implantação do DAIA só foi possível quando o Estado goiano assumiu o “papel de desencadeador” do processo sem o qual este intento seria impossível de ser alcançado. Kossa (2006) reforça tal pensamento ao dizer que sem a presença do Estado “esta batalha já estava perdida” antes mesmo de começar. O autor destaca ainda um dos motivos que teria favorecido a maior implantação de indústrias no DAIA em detrimento dos outros distritos:

Foi nesse intuito que as legislações foram surgindo para aprimorar mecanismos de incentivo à chegada desse empresariado a Goiás. Mas, como Anápolis tinha um projeto especial para o desenvolvimento da indústria, os benefícios se concentraram para quem chegasse à cidade. O DAIA é fruto desse esforço coletivo entre lideranças classistas e governantes que entenderam a real necessidade do distrito para capitalizar toda a tradição empresarial de Anápolis. (KOSSA, 2006, p.33).

Por isso, continua o autor – “foi tão importante ter um governador que conhecia a realidade do município a fundo”. Foi no governo de Irapuan Costa Junior que toda estrutura do Estado foi disponibilizada em prol da concretização do DAIA.

Daia: impactos na economia anapolina

Dessa maneira, com a coadunação dos fatores econômicos alcançados ao longo da história de Anápolis, do potencial logístico e do empenho político fez com que já na década de 1990, o Distrito Agroindustrial de Anápolis fosse responsável por 50% do total do ICMS arrecadado e Anápolis passou a ocupar o segundo lugar na arrecadação deste imposto no quadro geral da economia goiana, o que muito de deveu às indústrias instaladas no DAIA, que findou esta década com aproximadamente 64 indústrias em funcionamento.

A partir de então o DAIA veio experimentando um processo de crescimento gradativo, graças a soma de vários fatores, dentre os quais se destacaram: a) a localização geográfica estratégica de Anápolis, que no pretérito, assim se constituiu por que se encontrava entre os principais núcleos urbanos e que no presente se constitui no entroncamento das principais vias de transporte que cruzam o país; b) a importância econômica e populacional que cidade alcançou ao longo de sua história na antiga região do Mato Grosso Goiano, à atual Centro-Goiano; c) O grande envolvimento da classe dirigente local que muito se dedicou para que o projeto do DAIA saísse do papel; d) O importante apoio e interesse do governo estadual e federal em estimular a industrialização em Goiás, que para alcançar tal intuito disponibilizaram grandes soma de investimento ao Distrito Agroindustrial de Anápolis.

Desse modo, o DAIA, beneficiado por esse conjunto de fatores logrou um desenvolvimento crescente que, por sua vez, contribuiu significativamente para fazer do setor secundário destaque na economia anapolina, goiana e, em menor escala, na economia nacional. Com este distrito o setor secundário assumiu a condição de motor da economia anapolina, tanto na geração de riqueza e emprego, quanto na atração de constantes investimentos e infraestrutura, seja física ou operacional. O destaque no setor industrial garantiu a Anápolis a posição de polo industrial com potencial em infraestrutura e logística.

Em 2009, Anápolis possuía o maior parque industrial de Goiás, graças à presença do DAIA, contando com 110 indústrias em funcionamento, o que corresponde a quase 20% do total das indústrias existente no município que somam 561 indústrias, segundo dados fornecidos pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás- FIEG. Isto sem contar os empreendimentos em implantação/assentamento e os projetos que já foram aprovados pelo programa Produzir³.

A geração de emprego no DAIA também é notória. Em 2009 o distrito gerava em torno de 12 mil empregos diretos e milhares indiretos. Neste quesito o setor farmacêutico se destacava com geração de 5.251 empregos diretos, seguido pela indústria alimentícia com 948 empregos diretos, pela indústria de embalagens com 739, pela metalúrgica com 675 e pela indústria de produtos agropecuários com 597. Entre as demais indústrias, o destaque na geração de empregos vinha se voltando para a montadora CAO A que se encontrava em fase de expansão de suas atividades⁴.

No contexto regional, a economia anapolina também passou a ser destaque. Anápolis já era sem dúvida o município goiano mais rico depois da capital. Atesta esta afirmação a

³ Segundo a SEPLAN havia 8 empreendimentos em implantação e outros 135 novos projetos já foram aprovados no Produzir para se instalarem no DAIA.

⁴ Para ver os demais "Número de funcionários por ramos das atividades" do DAIA consultar CUNHA (2009).

parcela com a qual este município participava na composição do Produto Interno Bruto de Goiás. Em 2006, o PIB de Anápolis representou 6,61% da riqueza gerada pelo estado que equivale a 3.772,370 bilhões.

Em termos nacionais o DAIA também alcançou destaque. O fato de se localizar em Anápolis considerada “polo logístico por excelência” (situado no cruzamento de dois eixos rodoviários importantes BR 153 e BR 060; sediar o ponto de integração das ferrovias Norte-Sul e Centro-Atlântica; e contar com importantes instrumentos dinamizadores, como por exemplo, a EADI e Plataforma Logística Multimodal de Goiás) conferiu ao distrito uma significativa importância nacional e internacional, isto por que sua localização garante uma abrangência sem igual no país.

A implantação do polo farmacêutico contribuiu para a crescente importância econômica de Anápolis ao nível nacional. Segundo dados da SEPLAN, o Polo Farmacêutico de Goiás, que tem como base o DAIA, é o segundo maior polo farmacêutico em geração de empregos (aproximadamente seis mil empregados) do país e terceiro do setor no Brasil, sendo superado pelas empresas do ramo sediado em São Paulo e Rio de Janeiro. A indústria farmacêutica goiana era representada por empresas de grande porte como o Laboratório Neoquímica, um dos maiores do país. O Laboratório Teuto, que além de ser destaque nacional, foi projetado para ser o maior laboratório fabricante de genéricos da América Latina.

Desse modo, a análise da cadeia produtiva composta pela circulação de mercadorias, fornecedores e distribuidores do polo farmacêutico goiano revela a rede de ligações do DAIA e, por extensão, da economia anapolina e goiana com todas as regiões do país o que dá a estes relevância Nacional. Tal relevância, porém, se deu sob nova base econômica, isto é, não mais apenas como fornecedor de matérias-primas agrícolas mas, guardadas as devidas proporções, como um importante setor industrial dado a variedade industrial que comporta e em especial pelo destaque que o ramo farmacêutico alcançou ao longo do pequeno tempo de existência.

O espaço urbano de Anápolis pós década de 1970

O crescimento populacional entre 1971-1985 foi muito elevado. Esse crescimento não planejado da população; certamente influenciou no problema da ocupação do solo urbano da cidade, haja visto inúmeros focos de posses urbanas em Anápolis (ACSA, 1989, p. 24).

Entre 1970 e 1980 – Anápolis passou por uma fase de transição na economia (...). Houve a consolidação da economia terciária. Nessa década houve ainda a instalação da Base Aérea e do DAIA. Houve um crescimento populacional que gerou uma

ocupação do espaço. Foi a década de ocupação dos espaços urbanos centrais. Ampliação e asfaltamento de avenidas como a Brasil (em duas direções), a Kennedy, a Mato Grosso e outras e ainda a implantação de vilas do BNH... e a ocupação da Baixada das Antas, iniciada em 1971 e que continua célere no trabalho de ligar o centro e outros poderosos núcleos urbanos. Sem dúvida, foi a década da urbanização mais intensa na história da cidade. (...) Se procurou, a partir de então, colocar em contato os diversos setores da cidade, dispersos pelo crescimento desordenado com a especulação imobiliária (ACSA, 1989, p. 23).

Nessa década se agrava muito a questão do déficit habitacional e foram feitas tentativas para amenizar tal situação, como os famosos mutirões da década de 1980, uma política que tomou conta de Goiás nesse período. E que não foi diferente em Anápolis.

"A década de 80 representa o período de início das posses no solo urbano de Anápolis. Apesar disto, de acordo com o plano diretor da cidade, elaborado em 1985, na gestão do então prefeito, Anapolino de Faria, a área de expansão urbana ocupada é rarefeita" (ACSA, 1989, p. 23-24). O espaço não é para todos, apenas para quem pode pagar por ele.

"Até os anos de 1980 o discurso do poder público foi de remoção da população das áreas subnormais para moradias de natureza social doadas pela prefeitura ou pelo estado, especialmente em cidades médias. Anápolis possui setores criados com a finalidade de abrigar população carente" (BERNARDES e TAVARES, 2007, p.6). Isso com base em mutirões de autoconstruções.

Em 23 de setembro de 1984, em um só dia, em regime de mutirão, é construída a Vila Esperança (FREITAS, 1995). A Vila Esperança, contou com 349 habitações, em área doada pelo município na parte sul da Av. Brasil (BRITO, 2007). Esse bairro é próximo ao DAIA e longe do centro. E entre ele e a área central surgiram vários bairros nos anos seguintes, o povoamento para a saída sul foi intensificado. Segundo Freitas (1995), do lado desse bairro, em 26 de julho de 1987 é inaugurado o Kartódromo Internacional de Anápolis, outro fator de ocupação.

Mas mesmo com as iniciativas de mutirões o problema da habitação estava longe de ser resolvido e na cidade surgiram inúmeras posses urbanas, mais conhecidas como invasões. Elas se espalharam por toda a cidade, em geral anexas a bairros legalizados, para aproveitarem da infraestrutura já existente. Por esse motivo, em geral ganhavam um nome que fazia referência ao bairro próximo, por exemplo, invasão do Recanto do Sol, contigua ao bairro Recanto do Sol.

Inicialmente a Associação dos Cientistas Sociais de Anápolis (ACSA, 1989) fez uma triagem para se saber o número de posses existentes em Anápolis. Foi constatada a existência de 15 posses em Anápolis, (dados IBGE), conforme segue: Posse do Anápolis City; Posse do

Calixto Abrão; Posse do Jardim Calixto; Posse do Morro do Cachimbo; Posse do Parque das Nações II; Posse da Santa Cecília; Posse da Vila Brasil; Posse do Vivian Park II; Posse do Bairro de Lourdes; Posse da Estrada de Ferro; Posse do Jardim das Oliveiras; Posse do Parque das Nações I; Posse do Recanto do Sol; Posse da Santa Maria de Nazaré; Posse da Vila Fabril.

Na sequência da pesquisa a ACSA encontrou um total de 38 posses urbanas, distribuídas por toda a cidade sem direções preferenciais, como pode ser observado na figura 03. Isso indica que o problema era resultado de problemas graves de habitação.

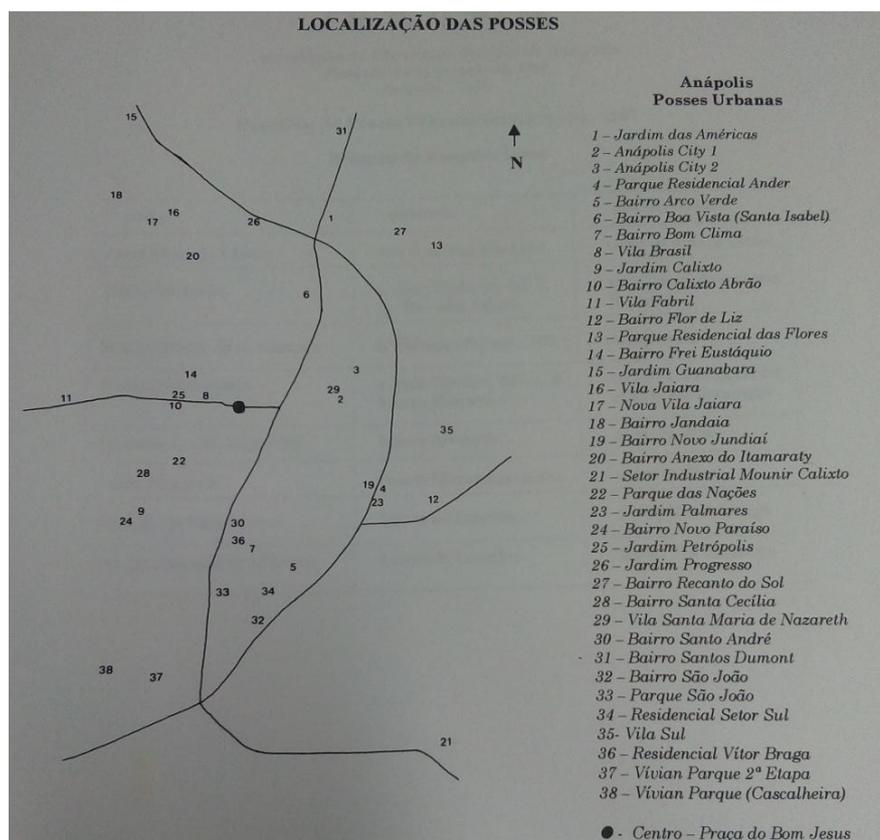


Figura 3 – Distribuição das posses urbanas em Anápolis na década de 1980.

Segundo essa associação as posses urbanas advêm de um problema social que afeta a organização social da cidade e que não pode ser negligenciado pelos órgãos competentes instituídos. Esse tipo de ocupação é reflexo, entre outros motivos, da concentração de renda e da concentração fundiária (ACSA, 1989).

Um inevitável inchaço da cidade gerado pela especulação imobiliária, somado a imigração crescente nesse período gerou também um inchaço populacional.

O "inchaço" populacional verificado no eixo Goiânia-Anápolis no decênio atual [1980], tem implicações gravíssimas para o futuro dos habitantes dessas cidades. A precariedade da infraestrutura social, a escassez da oferta de emprego, com consequente queda da qualidade de vida, levará ao agravamento dos problemas

sociais mais variados, a marginalização da população, e... o inevitável surgimento de novas posses (ACSA, 1989, p. 113).

O surgimento de ocupações irregulares foi apenas uma das consequências das mudanças ocorridas no espaço urbano de Anápolis que foram geradas pelos investimentos que movimentaram a economia e atraíram pessoas. A cidade cresceu de forma acelerada e sem um planejamento, sendo alvo, muitas vezes, de especulação imobiliária. Os vazios urbanos se multiplicaram e com eles o déficit de infraestrutura.

Nas décadas de 1980 e 1990, o fluxo migratório procedeu-se, segundo Freitas (1995), principalmente do meio rural e das pequenas cidades do interior goiano.

Isso tem provocado sérios problemas habitacionais, uma vez que a cidade não tem infraestrutura para absorver toda essa população. Em consequência, tem crescido o número de posses urbanas e o déficit habitacional, além da especulação imobiliária e o agravamento de problemas sociais, como o desemprego (FREITAS, 1995, p. 55).

Em meados da década de 1990, a cidade de Anápolis era composta por dezenas de bairros e vilas que se espalham em uma área predominantemente plana com pequena inclinação favorecendo a construção de habitações (FREITAS, 1995). A cidade cresceu nesse período para as porções mais distantes do centro tradicional, localizado na porção mais baixa do relevo, próximo aos canais de drenagem natural. Buscou-se a ocupação legal de áreas mais favoráveis à ocupação, mas também áreas mais próximas das áreas economicamente mais dinâmicas da cidade. A distancia entre o centro e os bairros criados a partir da década de 1970 pode ser observada na figura 4.

Há nesse período dois tipos de vazios urbanos, as áreas não parceladas e as áreas parceladas e não ocupadas, podendo essas estarem na fase inicial de um loteamento que é sua aprovação, mas ainda sem o efetivo parcelamento.

Esse aspecto peculiar, da existência de loteamentos aprovados, mas não implantados, reflete a política de expansão da área urbana que foi adotada durante os anos setenta, sem levar em consideração as reais necessidades sociais, mas apenas atendendo o interesse de determinados grupos, sobretudo aqueles vinculados às atividades imobiliárias (FREITAS, 1995, p. 79).

“Tais loteamentos, ao obterem sua aprovação, foram implantados muito distantes da zona central. Isso provocou o surgimento de grandes vazios urbanos, alguns bem próximos ao centro (...)” (FREITAS, 1995, p. 79-80).

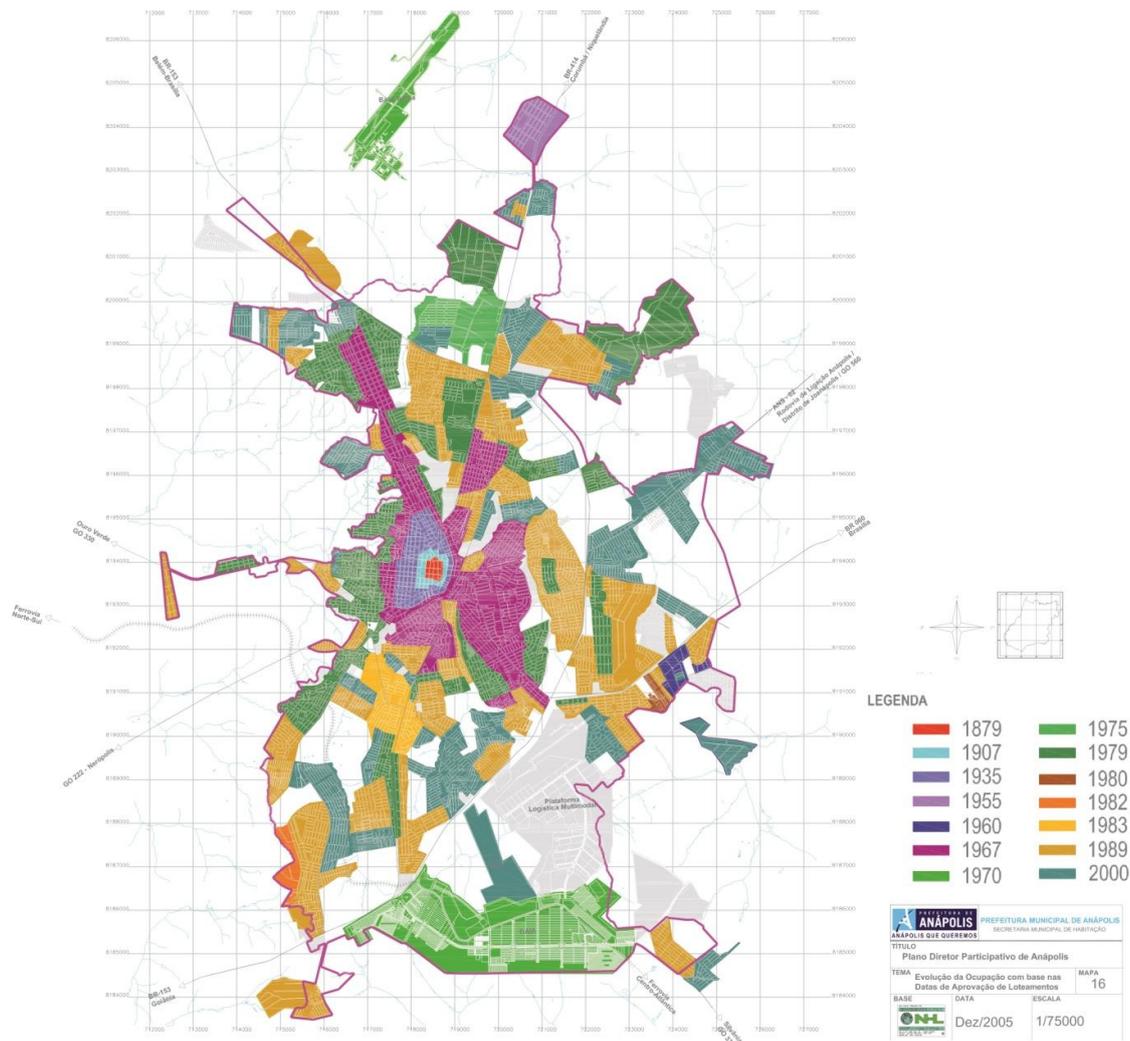


Figura 04 – Planta Urbana em 2000.

Fonte: Prefeitura de Anápolis (2006)

O DAIA abriu uma nova “linha” de expansão da cidade (Figura 04), na direção sul (até então ocupada de forma rarefeita) e essa não foi sua única contribuição para as mudanças na área urbana de Anápolis, ele atraiu pessoas e investimentos. E principalmente trouxe ares de modernidade e mudança de hábitos.

Esse crescimento populacional constante (Figura 05), e mais acentuados pós década de 1970, gerou uma série de questões a serem resolvidas. As consequências deste fluxo, gerado não só pelo DAIA, mas pela proximidade com Brasília e outros fatores, de acordo com Freitas (1995, p. 55), foi a expansão urbana e o início da especulação imobiliária.

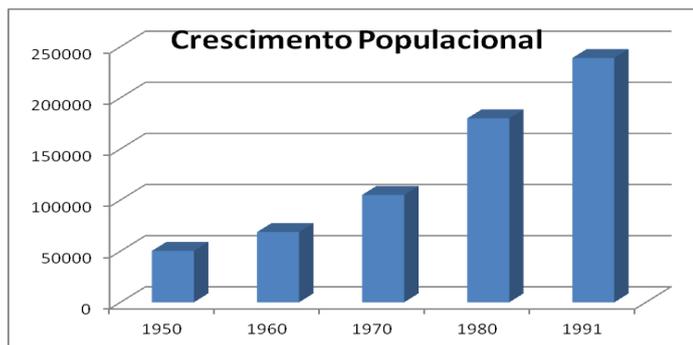


Figura 5 - Crescimento populacional de Anápolis entre 1950 e 1991.

Fonte: IBGE (2016)

Desde a construção de Brasília, este fluxo aumentou, por ser a cidade com maior infraestrutura próxima à capital. Diversas pessoas que passavam pelo Município, optavam por ali estabelecer residência [fato que ajudava a diminuir a pressão populacional em relação a Brasília]. E com a construção da Base Aérea e logo depois com a criação do Distrito Agro Industrial de Anápolis (DAIA) há uma intensificação ainda maior da migração para Anápolis (BRITO, 2007, p.167). O DAIA não cria uma atração econômica e populacional em direção a Anápolis, mas intensifica processos.

Conclusão

Anápolis, em função de sua importância na dinâmica regional goiana, recebeu ao longo do tempo importantes impulsos ao seu crescimento econômico, populacional e urbano. Foi, inclusive, esta função e este crescimento que lhe conferiu as condições necessárias para iniciar o processo de industrialização de Goiás.

O DAIA, como resultado de políticas públicas e de vontade da elite local, resultou numa mais moderna vertente da economia anapolina, que incrementou arrecadação de impostos e gerou atração de investimentos e de pessoas. Essa atração populacional gerou um crescimento urbano intenso e alvo de especulação imobiliária.

A implantação do DAIA, resultado desse processo, foi o responsável por fazer com que Anápolis retomasse sua importância no contexto regional, o que havia sido ofuscado pela construção das capitais e também o responsável por fazer dessa cidade o principal pólo industrial do estado. A implantação do distrito em Anápolis imprimiu significativas mudanças em seu espaço intraurbano, assim como aconteceu com a instalação da ferrovia no pretérito.

A importância da implantação desse distrito para Anápolis e para Goiás é inquestionável. Ele foi e tem sido responsável por significativas mudanças para e em Anápolis. “Para Anápolis”, na conjuntura regional, representou a retomada de sua importância econômica e estratégica no desenvolvimento do estado. “Em Anápolis”, além de fazer do setor secundário a principal atividade econômica do município, o que nos permite afirmar que a partir de 1990 a economia anapolina apresentou uma especialização econômica, faz da região sul, onde o distrito se encontra territorializado, abriga importantes equipamentos de serviços de infraestrutura. Todo esse processo gerou atração populacional e promoveu mudanças no espaço urbano de Anápolis.

A cidade se tornou dispersa, novos loteamentos surgiram em número superior a necessidade, mas ainda assim não supriram o déficit habitacional. Isso ocorreu porque a população que não podia se inserir nesse mercado como consumidor se viu excluída nesse processo. Como resultado houve exclusão espacial da população de baixa renda e de forma geral houve aumento das periferias e inviabilização da implantação de infraestruturas e equipamentos urbanos.

Segundo Brito (2007), a situação urbana se apresentou especialmente confusa pela ausência de sequência entre os loteamentos vizinhos, com alto déficit de infraestruturas urbanas, de água, asfalto, esgotamento sanitário, educação, saúde e lazer, impedindo o bom desempenho das funções econômicas da cidade. Além disso, o sistema viário resultante foi complicado, pouco racional e desconectado em seu traçado.

Houve uma precarização da oferta de serviços públicos e de infraestrutura. E no fim é a população que sofre, até os dias atuais, as consequências.

Bibliografia

ACSA – Associação dos Cientistas Sociais de Anápolis. **Relatório Final - Pesquisa sobre as Posses Urbanas em Anápolis**. Arquivo datilografado. Anápolis, 1989.

BERNARDES, G. D. E TAVARES, G. G. Espaços Ilegais: um estudo da qualidade de vida dos moradores residentes nas áreas subnormais em Anápolis/GO. **Anais...** XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE)

BRITO, R. M. de F. A. **A Evolução e Produção da Estrutura Urbana em Anápolis – 1993 A 2004**: estudo da interferência das gestões municipais. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Goiás. Goiânia: IESA, 2007.

CASTRO, Joana D’arc Bardella. **Anápolis**: desenvolvimento industrial e meio ambiente. Anápolis: Associação Educativa Evangélica, 2004.

CORGHI, F. N. **Urbanização e segregação sócio-espacial em Bauru (SP) : um estudo de caso sobre a Bacia hidrográfica do Córrego da Água Comprida**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, 2008.

CUNHA, Wânia Chagas Faria. **Dinâmica regional e estruturação do espaço intraurbano: um estudo sobre as influências do DAIA na economia anapolina a partir de 1990**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, IESA, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

FALLUH, S. Sultan Falluh: política e economia, uma união necessária!: depoiment. [Maio - 2006]. Anápolis GO: **Jornal O centenário**. Ano 2 n° 8. Entrevista concedida a Juscelino Polonial, 2006.

FRANÇA, M. de S.. **Terra, trabalho e história: a expansão agrícola no “Mato Grosso” de Goiás – 1930/55**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985.

FREITAS, R. A. **Anápolis passado e presente**. Anápolis: Voga, 1995.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2010.

KOSSA, Pablo. **Marco do novo Goiás: 30 anos do DAIA**. Goiânia: 2007.

MELLO, Marcelo de. **Brasília, Águas Lindas de Goiás e o (Des)Encontro da Racionalidade com a Irracionalidade**. Tese de doutorado. Instituto de Estudos Socioambientais - IESA - UFG: 2009.

MOURA, A. S. **Cotidianos Anapolinos: dos anos 20 até 1970, um olhar ao passado através dos documentos do legislativo**. 1. ed. Goiania: Kelps, 2012. v. 1. 160p .

SANTOS, Oyana R. dos. **A política de industrialização em Goiás com os distritos agro-industriais – DAIA (1970/90)**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: IESA/UFG, 1999.

Sobre as autoras:

Wânia Chagas Faria Cunha

Geógrafa, Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - UFG, Docente da UEG/Anápolis - waniachagas.geo@hotmail.com

Kesia Rodrigues dos Santos

Geógrafa, Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Docente da UEG/Anápolis- k2r3s4@yahoo.com.br.

*Artigo recebido em 18/09/2017
Aprovado em 27/02/2018*

Como citar esse artigo:

CUNHA, Wânia Chagas Faria; SANTOS, Kesia Rodrigues dos. O Daia, a economia e o espaço urbano de Anápolis(GO). **Revista de Economia da UEG**. Vol. 13, N.º 2, jul./dez. 2017.